

Pesquisa FAPESP nº 2021/04556-0
ENTREVISTA COM M6
Cidade: Maringá (Paraná, Brasil)
Entrevistada: M6, 30+ anos, arquiteta e urbanista
Entrevistador: Rodrigo Sartori Bogo
Local de realização da entrevista: Online

TRANSCRIÇÃO

Entrevistador (Rodrigo)

- Muito bem, acho que agora já tá gravando. Então, M6, só para efeito introdutório, eu sei que a gente já conversou um pouco sobre a minha pesquisa e tudo, mas em termos gerais eu tenho... isso é para relembrar também, trazer de novo o tema e tudo, eu tenho estudado o impacto territorial dos orçamentos participativos em cidades médias. No caso do Orçamento Cidadão, é um tipo de orçamento participativo, e eu tenho focado muito nos resultados territoriais, em como que esses processos se manifestam nas cidades e nas diferentes partes das cidades. Maringá é um dos meus estudos de caso, eu tenho estudado também Araraquara em São Paulo e duas cidades no exterior, que aplicam diferentes modelos de orçamento participativo. Enfim, a minha pesquisa tá vinculada com um projeto maior, que é o Fragmentação Socioespacial e Urbanização Brasileira, que tá vinculado, é financiado pela FAPESP, e se eu não estou enganado, você já foi entrevistada anteriormente por outros pesquisadores aqui da UNESP, que fazem parte desse projeto. Até por isso eu vou fazer um questionário mais reduzido contigo, eu vou focar só no orçamento cidadão. A gente normalmente pergunta coisas sobre a cidade, etc., mas você já foi perguntada sobre isso antes, eu tenho acesso às entrevistas, porque eu sou parte do projeto, então vou focar só em perguntar sobre o orçamento cidadão para ti. Então eu gostaria de... a primeira coisa que eu quero trazer, e isso é importante para mim no processo da gravação, é que se tu puder falar teu nome completo e que você autoriza a gravação, enfim, burocracia de pesquisa.

M6

- Sou a M6, e autorizo a gravação como forma de transcrição das falas.

Entrevistador

- Perfeito. Então, M6, só pra começar, eu gostaria só que tu falasse um pouco sobre a tua trajetória profissional e pessoal até chegar no Instituto de Planejamento de Maringá.

M6

- Sou arquiteta e urbanista, tenho uma especialização pelo governo do estado de obras públicas e de edificações. Sou engenheira do trabalho, entrei na prefeitura em 2018, final de 2018, como diretora de urbanismo na secretaria de planejamento. Começo de 2019 assumi a secretaria como secretária, fiquei até meio de 2021 e também em 2021 assumi como diretora-presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá. A partir daí nós começamos... iniciei a carreira trabalhando com urbanismo, diretoria, e no Instituto nós pudemos partilhar um pouquinho da experiência de construção das leis, então o Instituto é responsável pela revisão do Plano Diretor, e algumas políticas de sustentabilidade também, como a aplicação das ODSs [Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da UNESCO] na prefeitura e no Instituto, a participação de construção de indicadores, relatório local voluntário... nós conseguimos ir por uma pegada de pesquisa através das questões climáticas, das

questões que ocorrem na natureza e também o Orçamento Cidadão que é uma prerrogativa aqui do Instituto através também do Conselho que hoje estou presidente. Fora isso, eu estou presidente do Fórum Nacional de Secretários e Secretárias de Planejamento Urbano, o Unidades, tenho apoio da Frente Nacional dos Perfeitos, estou também vice-presidente sul da rede brasileira dos Institutos de Pesquisa e Planejamento, tenho apoio da ONU-Habitat e da GZ, que é uma cooperativa Brasil e Alemanha. E eu faço parte como suplente no Conselho Nacional das Cidades, representando também a Frente Nacional dos Perfeitos. Em geral, e especificamente é isso.

Entrevistador

- É bastante coisa também. E você chegou a comentar na tua fala sobre como que o Orçamento Cidadão faz parte desse sistema de planejamento de vocês aí de Maringá. Eu gostaria de saber então, qual é a tua atuação em relação ao Orçamento Cidadão especificamente, qual é o seu papel. Eu sei que... eu já conversei com o M2, né? Eu sei qual é o papel do M2, mas o seu papel dentro desse programa específico.

M6

- Bem, por lei a gente tem resguardado que o IPPLAM junto da secretaria da fazenda são responsáveis por fazer as audiências nas APGTs, que são as Assembleias de Planejamento e Gestão Territorial. E eu como diretora presidente, sou a presidente dessas audiências. O meu papel diretamente é ouvir a população, que nós entendemos que o Orçamento Cidadão está 100% conectado ao desenvolvimento urbano da nossa cidade, tanto nos aspectos de planejamento urbano, desenvolvimento urbano, como a questão econômica e a destinação dos recursos para as infraestruturas básicas, para o município e até mesmo nas necessidades da população. Como o Instituto está ligado diretamente às questões de audiência pública e conferência pública nessas frentes, então o Instituto assumiu esse papel e eu como diretora presidente, então faço toda essa demanda de informações, compilados, junto com a equipe do IPPLAM, claro. Então nós elaboramos as audiências, ouvimos a população, depois fazemos um relatório dessas audiências e encaminhamos à Fazenda para fazer o compilado de informações e, afinal, a gente consegue caracterizar cada APGT com as necessidades que a comunidade traz nessas falas. E aí sim a gente consegue destinar os recursos municipais conscientes e diretamente ao que realmente é a demanda maior. Por exemplo, a questão da segurança pela iluminação pública, que está 100% ligada a várias secretarias, foi uma das demandas importantes da população e a gente conseguiu, através disso, ter apoio para se concretizar, por exemplo, a troca da iluminação [por LED], que o município tinha muito mais que justificativas para estruturar. Então, o meu papel é realmente olhar a cidade como um todo, as demandas específicas, e que é interessante que essas demandas realmente elas corroboram para outras falas, outras presenças. Agora, em ano eleitoral, a gente também vê que as comunidades, as associações, elas trazem exatamente o que é posto no orçamento cidadão como algo realmente que eles precisam e querem. E aqui em Maringá a gente já vê que todos têm essa visão da importância da participação. Ao menos assim... Todos, a gente está vendo que tem alguma pergunta, mas as pessoas já começam a se mobilizar contra essa necessidade e a participar mais diretamente. Não sei se a pergunta era isso, mais ou menos?

Entrevistador

- Não, e você fez um comentário sobre a questão da segurança, que é, por exemplo, uma demanda que tem aparecido e eu gostaria, especialmente você que tem o conhecimento bem amplo da cidade, até comentou sobre como vocês utilizam bastante índices e análises espaciais para compreender o espaço urbano de Maringá... porque se eu não estou enganado, do ponto de vista estatístico, Maringá é uma cidade muito segura. Mas se você pudesse comentar por que que essa questão da segurança tem aparecido tanto nas audiências e nas demandas?

M6

- Na verdade, a gente tem preceitos básicos. Eu acho que saúde, educação e segurança pública são itens que, independente de onde você mora, independente da qualidade, isso sempre vai acontecer. A gente teve na pandemia alguns índices que surgiram, a questão de moradores de rua, outras frentes para todo o Brasil, não só Maringá. E em Maringá a gente tem uma cidade planejada, tem características exemplares de desenvolvimento urbano, mas a segurança, como eu falei, é vista como algo a sempre se melhorar. A gente tem, às vezes, uma rua... nossas iluminações aqui são aquelas antigas, então você poderia ter uma iluminação maior e, consequentemente, isso já traz um certo conforto e segurança da população usar a rua. A gente tem uma característica, principalmente agora, foi estabelecido de usar os equipamentos públicos, praças, parques. A gente tem fundos de vale que trazem parques lineares, por exemplo, pistas de caminhada. Então, as pessoas sempre querem se sentir seguras na cidade, ainda mais quando você utiliza os espaços públicos. Então, é só uma questão de consequência de um básico que todo mundo exige. Maringá sim, tem essa característica de ser super segura, mas nós precisamos sempre melhorar. E aqui, pessoal vem... como eu posso dizer, eles exigem bastante, né? Então, a segurança, como a educação, como a saúde, por mais ótima que esteja, a gente sempre tem a necessidade de melhorar. Então foi por isso que eu citei, e realmente a população traz essa segurança, como a iluminação. Isso já é um movimento de realmente entender a cidade e utilizar esse status.

Entrevistador

- Ótimo. E aí, eu gostaria de saber a tua opinião sobre principais desafios e dificuldades que você vê em relação ao Orçamento de Cidadão, especificamente.

M6

- Acho que o primeiro ponto é trazer a população para a gente conversar, que é a intenção do orçamento [cidadão]. Nós fizemos todos os movimentos, temos os conselhos, informamos pelas redes sociais, informamos pelas redes públicas das escolas, do CNI também, e mesmo assim a gente não tem a adesão que nós gostaríamos de ter. Começou até um movimento de representantes de bairro, que eu acho super interessante, pensando que são representatividades de uma classe maior, de um número maior de pessoas. Então, isso é algo que começou a entrar no nosso radar como sendo positivo, por que não a gente tentar ao invés de trazer toda a comunidade, a gente conseguir trazer os representantes. Mas a

maior dificuldade até hoje, que eu entendo, é realmente tentar, como a expressão "lotar o auditório", "lotar a plateia", é trazer mais pessoas para participar dessas falas, dessas trocas, que é a audiência. Acho que esse é o principal desafio e a maior dificuldade que nós sentimos no decorrer dos orçamentos.

Entrevistador

- Muito bem. Eu ia fazer uma pergunta sobre como que você vê a participação da sociedade, mas acho que você já acabou pincelando sobre isso, que, enfim, parece ter uma certa... é um desafio de vocês ainda conseguir trazer mais gente para as audiências. Mas como que você acha que está, além da participação presencial, a participação online? Você acha que também poderia ter mais participação ou está atingindo mais os números que vocês esperavam?

M6

- Então, a participação online a gente permite o preenchimento das fichas através do site da prefeitura e uma ação que nós fizemos, que deu muito [resultado] positivo, foi solicitar que as secretarias, nos eventos que elas fossem fazer, elas pudessem disponibilizar essas fichas e pedir para a população preencher. Então isso realmente foi algo muito positivo. Acho que tem uma participação maior na questão online, mais fácil acesso. E com esse vínculo às secretarias, a gente até pediu, colocou uma meta para cada secretaria, tem secretarias, por exemplo, de saúde, educação, conseguindo entregar um apanhado de informações muito positivas. Então acho que o online tem nos trazido um aspecto qualificador legal, mas a gente sempre quer mais, como todos os limites. Então a gente sempre está estudando quais as possibilidades de ampliar cada vez mais essas participações para realmente a gente conseguir ter exatidão aí na continuação do processo.

Entrevistador

- E eu sei que, enfim, pelo menos desde a década de 1990, o orçamento tem sido discutido publicamente em Maringá por conta da... que isso foi vinculado ao plano diretor com uma lei que associa os dois processos. Só que ele passou por diferentes desenhos, diferentes maneiras de fazer essa participação no orçamento. Tu tens alguma noção de como foram essas alterações de desenho? Ou pela tua participação dentro do IPPLAM nesse período mais recente, nessa última gestão, se vocês mudaram alguma coisa, vocês já estavam pensando "ah, não, tinha esse formato anterior e a gente precisa mudar"? Tens alguma noção sobre isso?

M6

- Então, anterior à minha participação eu não vou saber te informar, mas realmente é o que eu falei. A gente sempre vai se estruturando para tentar aperfeiçoar. Às vezes, fichas muito longas, a gente já vê que a população acaba não tendo esse tempo para preencher. Então a gente tentou otimizar, tentamos ser mais diretos nos aspectos que nós precisávamos para conseguir qualificar esse orçamento. A gente teve também a estruturação do PAE [?], que ajudou muito, que eu fui para estar participando, para a gente entender, porque é um planejamento a longo prazo. Então, realmente, quais foram os principais

itens que foram elencados e como? Então eu acredito que sempre é uma questão de melhoria da gente se adequar e se adaptar ao que está sendo feito. A gente teve a pandemia, fizemos o Orçamento Cidadão online com a participação da população. Foi muito positivo, então a gente teve que se adequar àquele momento. Mas em questão de informações, fichas de preenchimento, até mesmo a apresentação que a gente faz da população, a gente vê sim uma adequação para qualificar o processo, para entender o que realmente traz de benefício para a população, como que eles entendem melhor o que eles estão fazendo lá, qual é o papel deles naquele momento. E quando você chama uma audiência pública com a população, mesmo ela tendo um fim, na verdade, um aspecto principal, o Orçamento Cidadão, a população se sente na necessidade de estar numa audiência pública com a prefeitura e trazer demandas diversas, às vezes nem tão vinculadas à aquele tema. E nós, como prefeitura, nós temos que estar lá, ouvir e possivelmente responder ou dar um encaminhamento àquela situação. Então, essas adequações, sim, ocorreram, mas de forma a qualificar e fazer com que a população entenda realmente o que nós estamos discutindo, quais são os principais pontos, o que que é necessário para a gente qualificar depois as outras etapas.

Entrevistador

- E vocês têm discutido mudanças no processo aí dentro do IPPLAM?

M6

- O processo, a grosso modo, ele já está respaldado, né? Tem a legislação que traz alguns itens, e o nosso processo é a Secretaria de Fazenda com o Instituto, nós auxiliamos na elaboração desse formulário, a Fazenda é o principal responsável na questão do formulário. Nós, como Instituto, convocamos a audiência pública, fazemos as apresentações junto à Secretaria de Fazenda, explanamos sobre quais itens que foram mais pedidos no ano passado, por exemplo, quais foram as melhorias, e abrimos a palavra para a população fazer as contribuições, ouvimos, compilamos esses dados. O preenchimento dos formulários é disponível, compilamos também essas informações, encaminhamos à Secretaria de Fazenda, e a Secretaria de Fazenda faz toda a análise desses dados, e daí faz a elaboração do orçamento público com as informações da população, com a participação dos secretários, e com a questão da gestão, e direcionamento político. Isso tudo é fechado, compactuado, feito a lei [orçamentária anual] que é encaminhada à Câmara. Então esse é o procedimento padrão e acredito que não tenha alterações por [ser] um processo já estabilizado. As alterações são mais na questão de refinamento de alguns pontos para se chegar nesse produto final, mas do restante eu acredito que siga esse mesmo padrão. Ainda consta na revisão do plano diretor, nós fizemos questão de continuar com essa prerrogativa, então... de forma geral, no concreto do procedimento administrativo, eu não vejo muitas alterações.

Entrevistador

- E você comentou sobre elencar os projetos, observar os projetos que vêm da população, elencar as demandas... você comentou sobre a segurança, a educação e a saúde, como esses três pilares, vamos dizer, que a população sempre traz. Mas recentemente, nesse último ciclo, esses últimos anos, quais têm sido os projetos que têm sido mais demandados, seja pela audiência ou seja pelo questionário online?

M6

- Eu vou falar mais pelas audiências, que eu participei diretamente. A saúde, segurança e educação, são os itens básicos. A minoria nas UBS, iluminação, segurança pública, creches, mais escolas, escolas perto dos bairros, porque às vezes a pessoa trabalha em outro lugar e tem que toda essa dinâmica de vagas. Uma das questões também que tem é infraestrutura. Infraestrutura tanto na questão de qualificação dos prédios públicos, quanto na questão de infraestrutura viária, então recape, qualificação de parques, trazer algumas informações e a gente traz também qualificação [de espaços]. Por exemplo, vou pegar um ponto específico, nós fizemos um parque linear que foi super positivo, a população abraçou, gosta muito e eles vêm com a proposição de fazer mais parques, tem que requalificar igual foi feito em tal lugar, então a gente apanha isso tudo na questão da infraestrutura urbana, pega desde os prédios públicos até a questão do sistema viário e parques, praças, enfim.

Entrevistador

- Você descreveu certinho como que se dá o processo institucional, vamos dizer assim. E vocês conseguem saber quais são os projetos, enfim, equipamentos que são implementados que vieram do OC, por exemplo, que chega no orçamento e quando vocês conseguem fazer essa análise?

M6

- Geralmente quando a gente apresenta o orçamento cidadão na região a gente traz essas informações. Então quantas obras foram executadas, quantas obras ainda estão em andamento, quais os projetos que estão sendo executados naquela região e a gente faz essa conexão com que foi solicitado... porque realmente tem algumas demandas que no próprio orçamento a gente já consegue demandar secretarias e elas já atender de imediato, são refinamentos, algumas questões muito pontuais. E outras a gente encaminha às secretarias para que elas entrem, coloquem no orçamento, na proposta de orçamento que vai ser vinculada à fazenda e depois nessa apresentação anual a gente traz as referências ao que foi solicitado e como que aquilo foi aplicado.

Entrevistador

- Você consegue perceber algum padrão espacial de onde que tem, por exemplo, regiões da cidade, alguma APGT que recebe mais investimento, tem mais demandas ou é equilibrado entre a cidade?

M6

- Assim, eu vou falar que eu não sei 100%, mas pelas apresentações a gente consegue sim equilibrar bastante. Claro que a gente tem que ressaltar, aqui, nossas regiões, tem regiões que tem população maior, são mais populosas, tem regiões que tem áreas maiores, mas tem algumas demandas muito específicas. A gente tem que considerar por exemplo, lotes do município, onde tem mais orçamento ou menos orçamento, então assim, a gente vê num geral, observando no aspecto espacial, é que tudo é muito bem distribuído, a gente não tem um local que tem mais ou menos. Claro que a gente tem que

considerar esses pontos que eu te falei, às vezes, teve mais construção numa APT, mas ali tinha mais necessidade de equipamentos, mais terrenos disponíveis, então ali já vai conseguir abranger uma certa necessidade. A gente tem a área central que é mais populosa, tem mais o acesso da população, também tem um aspecto diferente, porém tem mais infraestrutura, traz situações diferentes do que pegar um bairro distante ou até mesmo um distrito com realidade super diferente. Então sim, nós conseguimos distribuir esse orçamento de forma a qualificar o território e realmente trazer o que a população precisa.

Entrevistador

- E tem algum tipo de população que se beneficia mais do orçamento cidadão?

M6

- Não vejo, não vejo. Claro que a gente traz equipamentos públicos de qualidade para a população que necessita utilizar esses equipamentos. Não posso generalizar, tá? Então às vezes a gente tem uma classe que utiliza planos de saúde particulares ou escolas particulares, porém a gente não tem essa restrição. A política pública é para todos, né? Mas geralmente essa classe não tem tanto suporte nos equipamentos, por exemplo, mas uma infraestrutura diária, isso todos, 100%, tem a utilização. Então em aspectos populacionais é para todo mundo, mas com certeza a classe média e baixa, enfim, são as pessoas que utilizam esses prédios público.

Entrevistador

- Uhum. É, tem um conceito que ele está muito associado não só com orçamento participativo, mas com alguns instrumentos de gestão urbana específicos, que é a ideia de "inversão de prioridades". Que seria, por exemplo, as áreas que recebem menos investimento ou a população que tem menos acesso ao poder político, vamos dizer assim, que não é quem está ali no centro, tem mais acesso a tomar decisão por conta da participação popular. Você consegue ver isso presente no orçamento cidadão?

M6

- Não. Orçamento cidadão é super popular. A gente tem, como eu falei, em áreas centrais, por exemplo, a gente vê desde a classe baixa até a classe alta que a gente sabe pelo território, né? São áreas com o valor do terreno mais caro, então pessoas que trazem algumas demandas específicas daquele território, mas assim, eu vejo a participação popular de classes média e baixa muito bem representadas. E o que eu posso trazer, pelo menos dessa época que eu estou aqui, desde 2018, da gestão do atual prefeito Ulysses Maia, a participação popular muito bem representada. A gente consegue realmente atender as necessidades da população nos seus mais [incompreensível] problemas. Não é questão política, como arquiteta e urbanista [incompreensível] demandar, mas a questão de ter o orçamento cidadão com a participação da população que utiliza mesmo o bairro, utiliza os equipamentos públicos, isso é muito positivo. Nós temos o gabinete de portas abertas do prefeito, também ele faz esse lado de ouvir a população que realmente necessita e o secretariado e as secretarias têm esse afinho de realmente atender essa demanda. Então, tanto que hoje se você pegar os índices de Maringá, os reconhecimentos,

você vai ver que, como por exemplo da segurança, mas "a segurança em Maringá é muito boa". Sim, porque a gente tenta estar no bairro para qualificar aquela área, a gente não fica dispersando as periferias. Então, o nosso orçamento cidadão tem a participação de todas as classes, principalmente daquelas que necessitam de serviços públicos.

Entrevistador

- Perfeito. Eu tenho só mais duas perguntas, talvez mais uns cinco minutos.

M6

- Não, bora lá, vai dar tempo. Atrasar 15 minutos é elegante ainda [risos].

Entrevistador

- Entendi, perfeito. Eu queria te perguntar, M6, sobre qual é a tua interpretação de como que esse desenho que vocês têm, todo esse processo que você explicou de como que o orçamento cidadão funciona, influencia os resultados do processo. A territorialização dos projetos, dos equipamentos, dos serviços, enfim, qual é a tua interpretação sobre isso?

M6

- Antes de entrar [na questão], eu estava aqui pensando, acho que é legal a gente falar, o orçamento cidadão já virou algo, a meu ver, na minha opinião, já pertencente aos representantes dos bairros. É o momento que eles esperam, é o momento que eles querem estar lá. Então, isso é interessante, isso é muito legal, a gente sente muito positivo, mesmo lá não tem milhões de pessoas, mas como eu falei, os representantes começaram a entender que aquilo é o momento deles, então a gente consegue realmente articular essa classe para estar lá. Então, eles começaram a ter esse pertencimento dessa ação, isso é muito interessante. Então, é realmente conseguir trabalhar para ir aumentando. Daí a pergunta, desculpa, qual o finalzinho para eu lembrar?

Entrevistador

- Era qual é a sua opinião sobre como o desenho do programa influencia os resultados territoriais, a territorialização dos projetos, das demandas, enfim?

M6

- Então, a gente consegue, como eu falei, ter os territórios, as APGTs, então as demandas de cada APGT a gente tem compiladas. Quando vem uma demanda, por exemplo, de construir uma creche lá na APGT2, essa demanda vem da educação, então vai estar associada ao orçamento, vem da educação para que nós indicamos um terreno. Então, muitas vezes a gente olha para o APGT e "ah, aqui tem um terreno que é bacana", a gente vê a população, vê os raios de abrangência de outras creches que possivelmente possam estar instalados. Então a gente tenta atender, dentro dessa territorialidade, a demanda de realmente dispersar essas ações, esses equipamentos. Então, sim, eu vejo muito positivo, porque o IPPLAM, ele

participa tanto de ouvir a população, daí ver como foi feito, preparado o orçamento, e no momento final de instalação a gente participa também, ou com a indicação do terreno, ou melhor local para ser implantado, ou como que aquilo conseguiria auxiliar naquela região, para abranger não só a área que foi solicitada, mas o máximo da população ao entorno. Então, isso é algo muito positivo nessa questão de processo administrativo, a gente poder participar tanto do início que é ouvir a população, quanto ao final, que é realmente identificar e apontar onde que vão ser essas instalações, essas emergências.

Entrevistador

- Bem, levando em consideração tudo que a gente conversou, aí eu queria te fazer uma pergunta... na real é uma sequência de perguntas, mas que é para finalizar. Você acha que o orçamento... levando em consideração isso que a gente tem falado e a tua posição, como você vê o orçamento cidadão dentro da cidade, se ele tem como objetivo uma justiça territorial?

M6

- Eu acho que... agora foi uma pergunta boa. Eu acho que todo momento que você dá transparência ao processo e participação popular, eu acredito sim na justiça social. É o momento que as pessoas vão lá, registram, dão força à fala que elas precisam e realmente expõem o que o território está precisando. A gente traz muita fala, né? Você que mora aqui, você sabe a necessidade do que realmente precisa. A gente vê o território como um todo, a gente quer levar infraestrutura, quer levar informação, quer levar equipamentos para todo o território de forma igualitária, para realmente conseguir atender. E com a revisão do plano a gente viu alguns territórios que precisaria talvez de mais incentivo público, em gestão do orçamento, em gestão de serviços e realmente isso fortalece, o orçamento cidadão fortalece com que essa justiça social seja feita. Que o poder público, que os técnicos da prefeitura consigam realmente se respaldar em aplicar bem o orçamento, em realmente executar equipamentos que vão atender uma demanda de uma população que realmente precisa. E não apenas você estudar mapas por estudar e não estar próximo à essa situação. Trago também a importância do IPPLAM estar encabeçando essas audiências, porque nós estudamos o território, a gente desenvolve as investigações, então a gente consegue ter uma visão macro e isso fortalecer como que é solicitado nos orçamentos, com a participação da população, realmente investir em indicar o que seria o melhor território para realmente atender essas demandas. Justiça social tem um grande aspecto, mais abrangente do que eu estou colocando aqui, mas de forma direta e prática eu acho que seria mais ou menos nesse rumo.

Entrevistador

- Então você julga que esse objetivo está sendo cumprido em Maringá?

M6

- Sim, eu acho. Mas lembrando, a gente sempre tem que melhorar a participação, quanto mais pessoas, mais abrange, mais informações, enfim, a gente torna mais democrático, mais transparente, mas sim, eu acho que o mínimo que nós pudéssemos fazer nós estamos fazendo e sempre tentando melhorar e

complexar para realmente a gente ter mais informações e mais participação, consequente a gente conseguir atender o que realmente necessita.

Entrevistador

- E por fim, você acha que isso acaba modificando um pouco as relações de poder que ocorrem na cidade? Ou você acha que não... quando eu digo relações de poder, por exemplo, quem tem acesso ao poder mesmo, no sentido mais da tomada de decisão, do poder político, do poder econômico, você acha que tem alguma influência nisso?

M6

- Cara, eu acho que assim, vai muito do gestor. Então eu vou falar relativo ao prefeito atual... sim, eu acho que o Orçamento Cidadão, ele tem um aspecto de tomada de decisão importante, tanto que é uma demanda desse prefeito que os secretários participem. Então nós fazemos 7 audiências públicas, você participou de algumas, você viu ali no mínimo os 4 ou 5 secretários presentes nessas audiências. Quem preside sou eu e o secretário de fazenda, então isso já demonstra o acesso que tem o Orçamento Cidadão à questão administrativa pública da gestão, da participação na prefeitura. Então você dispõe isso, a população ouvir, ver a presença e ter esse compartilhamento, eu acho isso 100% uma participação dos poderes, demandar ao povo essa possibilidade de ser ouvido, tanto que alguns secretários que participam conseguem já deliberar com as suas equipes algumas ações para realmente atender, como eu falei, alguns pontos que é plausível ser atendido ali no momento, já tem um orçamento específico para aquela situação e a gente consegue ir atendendo. Então, no resumo, a presença desses secretários lá realmente é diferente, mas no Orçamento Cidadão você tem os servidores, os diretores, enfim, e você tem a presença dos secretários, eu acho que isso já demonstra que nós estamos lá para realmente ouvir a população e mostrar que eles têm fala, eles têm vez e nessa gestão eles participam realmente na tomada de decisão, que é muito ouvido.

Entrevistador

- Perfeito, bem M6, enfim, da minha parte está finalizado, eu não sei se você tem algum comentário a mais para fazer, alguma coisa que você acha que passou e que você queira reforçar?

M6

- Não, eu acho que era isso, a gente já fez uma troca, eu acho que esse é um complemento, daí se precisar de qualquer coisa pode me mandar no Whatsapp, tem o M2 também para auxiliar, e estamos à disposição. E assim, o que é importante, eu coloquei mas não sei se ficou muito claro, eu acho que o gestor, o prefeito, a época, ele reflete muito essa participação popular e a importância do Orçamento Cidadão. Eu entrei em 2018 na 1ª gestão do atual prefeito, então ele tem uma referência específica, não falo de outros momentos, mas esse gestor ele realmente é o nível do orçamento cidadão. Hoje a gente tem as cinco APGTs, a gente aumentou para sete, então é sempre ampliar, é querer ouvir e trazer

realmente para esse posicionamento. Então essa para mim é uma lei que traz uma obrigatoriedade e um gestor que realmente entende isso como uma importância para o trâmite total do processo.

Entrevistador

- Tem uma vontade política da gestão, né?

M6

- É isso. Se você não tem vontade política, não vai ninguém, nem o secretário, as informações, faz ali o básico que precisa e, enfim, acho que acaba ficando mais frágil o processo.

Entrevistador

- Excelente. Bem, eu queria agradecer em nome da UNESP, obviamente em meu nome também, do nosso grupo de pesquisa, do FragUrb, do projeto, e também deixar claro que a gente fica à disposição, né? Depois quando eu, enfim, terminar, vou defender ano que vem, vou disponibilizar a tese para todo mundo e aí vou, enfim, a gente pode também conversar antes se tiver mais alguma questão, tal. Eu vou só parar a gravação aqui.

M6

- E aí lembra de me mandar para eu dar uma lida também.

Entrevistador

- Sim, com certeza, eu posso te mandar assim, para ver como é que ficou. Deixa eu parar.

Fim da transcrição